

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA INCLUSIVA

Maria das Dores Trajano Ribeiro ¹
Maria Josenilda Calixto Sousa ²
Renale da Silva Firmino ³
Thayná Souto Batista ⁴
Eduardo Gomes Onofre ⁵

RESUMO

O uso de metodologias ativas no ensino de Língua Portuguesa propicia reflexões para além do modo tradicional. Conforme Moran (2015, p. 27), é possível “ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços”. Nesse ínterim, a audiodescrição pode ser utilizada para tornar acessíveis conteúdos audiovisuais às pessoas com deficiência visual, através de narrações objetivas de imagens e informações relevantes, complementando e descrevendo o que está sendo visualmente transmitido. A audiodescrição inclui detalhes sobre gestos, expressões faciais, linguagem corporal, cenários, figurinos, entre outros elementos visuais com o objetivo de proporcionar uma experiência acessível e inclusiva para as pessoas com deficiência visual. Considerando esses pressupostos, o objetivo principal deste trabalho concerne em refletir sobre o uso de metodologias ativas no ensino da língua portuguesa, desde a Educação Infantil, perpassando pelo Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, no intuito de ampliar e promover a discussão acerca da audiodescrição na escola. A metodologia deste artigo baseia-se no desenvolvimento de sequências didáticas, que corroboram na inclusão do educando cego ou baixa visão a partir da utilização de recursos de baixo custo, favorecendo uma aprendizagem significativa. As metodologias ativas são abordagens de ensino que valorizam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, promovendo a construção do conhecimento de forma colaborativa e significativa. Ademais, consideramos que, ao aplicar metodologias ativas para alunos cegos, é fundamental considerar a acessibilidade como aspecto central do processo de ensino-aprendizagem. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho obteve-se como resultado a percepção de que a audiodescrição se mostra como uma ferramenta poderosa que permite aos alunos cegos equidade no acesso a conteúdos visuais, possibilitando sua participação ativa e significativa nas atividades propostas. Destarte, a inclusão de alunos cegos ou baixa visão nas metodologias ativas contribui para uma educação mais equitativa e enriquecedora para todos os estudantes.

Palavras-chave: Inclusão. Metodologias ativas. Audiodescrição. Deficiência visual.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda pelo curso de Educação pela Universidade Estadual de Campina Grande - UFCG, maria.dores.trajano.ribeiro@aluno.uepb.edu.br;

² Graduada pelo curso de Letras Português pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, maria.josenilda.calixto.sousa@aluno.uepb.edu.br;

³ Pós graduada pelo curso de Educação Infantil pela UNOPAR, renale.firmino@aluno.uepb.edu.br;

⁴ Mestranda pelo curso de Mestrado Profissional em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, thayna.souto.batista@aluno.uepb.edu.br;

⁵ Doutor em Sociologia - Universidade de Strasbourg (França), eonofre@servidor.uepb.edu.br.

No contexto educacional contemporâneo, a busca por métodos de ensino que promovam a participação ativa dos alunos tem ganhado destaque. Nesse cenário, as metodologias ativas despontam como ferramentas eficazes para envolver os estudantes de maneira significativa em seu próprio processo de aprendizagem. Quando aplicadas ao ensino de língua portuguesa, essas metodologias têm o potencial não apenas de desenvolver habilidades linguísticas, mas também de fomentar a criatividade, a autonomia e o pensamento crítico dos alunos.

Este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre o uso de metodologias ativas no ensino da língua portuguesa, desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, no intuito de ampliar e promover a discussão acerca da audiodescrição na escola. A metodologia deste artigo baseia-se no desenvolvimento de sequências didáticas, que corroboram na inclusão do educando cego ou baixa visão a partir da utilização de recursos de baixo custo, favorecendo uma aprendizagem significativa.

Um recurso particularmente interessante que tem sido explorado no ensino de língua portuguesa é a audiodescrição, técnica que visa tornar conteúdos visuais acessíveis a pessoas com deficiência visual. Este artigo propõe explorar a utilização da audiodescrição em um contexto específico: o gênero textual receita. As receitas, além de serem fontes ricas de vocabulário e estruturas linguísticas, são textos funcionais e socialmente relevantes, presentes no cotidiano de todos, e, portanto, adequadas para serem exploradas em sala de aula.

Ao introduzir a audiodescrição no ensino de receitas em língua portuguesa, almeja-se não apenas tornar o conteúdo acessível a alunos com deficiência visual, mas também enriquecer a experiência de aprendizagem de todos os estudantes. A audiodescrição não se restringe apenas a descrever visualmente elementos de uma cena, mas também pode estimular a imaginação, a compreensão e a empatia dos alunos, promovendo uma compreensão mais profunda e multidimensional do texto.

Este artigo buscará explorar como as metodologias ativas, aliadas ao recurso da audiodescrição, podem ser aplicadas de maneira eficaz no ensino de língua portuguesa, especialmente no contexto do gênero textual receita. Serão discutidos os benefícios pedagógicos dessa abordagem, bem como sugestões práticas para sua implementação em sala de aula.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um relato de caso de uma atividade, desenvolvida no componente curricular Processo de Aprendizagem dos Alunos com Cegueira e Baixa Visão

do Curso de Especialização em Educação Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva (EEPEI), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ministrada pelo professor Eduardo Onofre Gomes. Tal proposta propunha o uso da audiodescrição como ferramenta de inclusão escolar.

Como recursos metodológicos utilizamos a audiodescrição no ensino de língua portuguesa, especialmente no gênero textual receita, e a abordagem sequencial e detalhada.

Como proposta de sequência didática foi proposto a produção de uma receita na cozinha escolar, para escolha da receita foram utilizados critérios de acordo com uma receita adequada ao nível dos alunos e que possuíssem elementos visuais para serem descritos de maneira interessante e significativa. Uma receita simples, com ingredientes e etapas de preparo claras.

No planejamento da sequência didática utilizamos como método a apresentação da receita aos alunos de forma visual, que pode ser apresentada em formato de texto impresso, projeção em tela ou digital, garantindo que todos tenham acesso ao conteúdo. Foi apresentado sobre a importância da audiodescrição para tornar o texto acessível a pessoas com deficiência visual também que é de extrema importância, portanto nesse primeiro momento o professor mediou a audiodescrição exemplificando detalhadamente o que estava sendo visualizado para os alunos utilizarem como referência também.

Após os alunos observarem a receita atentamente, identificam os elementos visuais presentes, como ingredientes, utensílios, medidas e etapas de preparo. Deve-se incentivar que os mesmos façam anotações sobre o que estão visualizando para compartilhar suas observações com a turma, este último para os alunos do fundamental I e II.

Na educação infantil a audiodescrição acontece de forma espontânea pela criança, também é primordial incentivar a turma a ouvir, pois a audição é algo muito importante para os alunos cegos e que o barulho pode atrapalhar a escuta do mesmo, dessa forma desenvolvendo a empatia e a concentração de todos, durante o processo de descrever a atividade proposta.

Após essa primeira etapa de apresentação do gênero textual e melhor explanação acerca da audiodescrição a proposta segue três etapas: 1) Descrição Detalhada: Divida a turma em grupos e atribua a cada grupo uma parte específica da receita para descrever utilizando a audiodescrição. os alunos serão instruídos a detalhar não apenas os aspectos físicos dos elementos visuais, mas também suas características sensoriais, como textura, cor e aroma. 2) Prática da Audiodescrição: Cada grupo deve apresentar sua descrição para a turma, enquanto os demais alunos seguem a descrição para entender visualmente os elementos da

receita, encorajando os alunos a usar uma linguagem precisa e descritiva, evitando ambiguidades e garantindo que a descrição seja acessível e informativa para todos. 3) Discussão e Reflexão: Após todas as apresentações, prover uma discussão em sala de aula sobre a experiência da audiodescrição. Incentivando os alunos a refletirem sobre como essa técnica os ajudou a compreender melhor a receita e a valorizar a importância da acessibilidade na comunicação.

Essa abordagem sequencial e participativa permite que os alunos não apenas pratiquem suas habilidades de audiodescrição e compreensão textual, mas também desenvolvam uma maior conscientização sobre a importância da inclusão e da acessibilidade na comunicação escrita.

2.1 Metodologias ativas para o ensino de línguas portuguesa

Nas últimas décadas, o campo educacional tem passado por mudanças significativas e as abordagens pedagógicas não poderiam ficar estáticas. Movendo-se de um modelo tradicional centrado no professor para um modelo mais dinâmico e centrado no aluno, uma das metodologias que tem ganhado destaque nas pesquisas e nas salas de aula, seja do ensino básico como no ensino superior, são as metodologias ativas.

Essas, buscam engajar os estudantes de maneira mais profunda e significativa no processo de aprendizagem, incluindo um conjunto de práticas pedagógicas que visam a participação ativa dos alunos, motivando-os a serem protagonistas de sua própria aprendizagem.

Freire (2011) ressalta a importância de se ter uma Educação Libertadora, que visa a promoção de significados buscando tornar um sujeito um ser reflexivo e ativo na sociedade.

A construção do conhecimento do indivíduo deve perpassar a memorização mecânica, não é apenas o que está nos livros, ou o que o professor expõe que lida sobre um determinado conteúdo, a criticidade que o aluno detém sobre um determinado tema, gera reflexões que podem gerar novos conhecimentos, por isso Freire destaca a criticidade, a autonomia e a ética dos alunos como primordial para que os estudantes possam ter mentes críticas. (Vasconcelos *et. al.* 2019)

Nesse sentido, pensar a educação no viés das metodologias ativas se faz necessário, uma vez que essas valorizam a participação ativa, promovendo a construção do conhecimento de maneira significativa e colaborativa.

Ao trabalhar com metodologias ativas na sala de aula o professor favorece a inclusão dos alunos, uma vez que essa metodologia abarca os sujeitos de forma diversificada favorecendo assim um maior e melhor aprendizado. Essa integração multidisciplinar enriquece o currículo e torna o aprendizado mais dinâmico e interconectado, democratizando o acesso ao conhecimento e ao currículo.

O uso de metodologias ativas também tem incentivado muito a inclusão escolar, partindo desse pressuposto, compreende-se que a inclusão escolar está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/98, na qual garante o direito da educação de qualidade para todos.

Nesse sentido, pensar em ensino de língua portuguesa numa perspectiva tradicionalista é arriscar pôr à margem do processo de ensino-aprendizagem a diversidade de alunado presente na sala de aula, o que significa descumprir o direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988, na LDB e, em se tratando de pessoas com deficiência, o que dispõe o Capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão (2015).

Por esse viés, é válido refletir sobre proposta de ensino de Língua Portuguesa de modo a contemplar o objetivo de proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa, que atinja as diversificadas formas de aprender, ultrapassando a transmissão de conhecimentos e alcançando, também, a assimilação por parte dos alunos em relação aquilo que está sendo transmitido, o que pode não ser possível através de propostas em que ao aluno cabe a passividade em seu processo. Desse modo, é importante que o ensino de Língua Portuguesa parta do objetivo de “desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua [...], a capacidade do usuário de empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação” (TRAVAGLIA, 2009, p. 17).

Destarte, através do componente curricular de Língua Portuguesa que os alunos têm acesso a reflexões especializadas em torno de sua língua. Nisto, Sousa (2021, p. 11) defende que “é nas aulas de língua portuguesa que deve haver uma atenção maior acerca de incentivar os alunos a efetuar o desenvolvimento de sua capacidade comunicativa, bem como fazer com que percebam a relevância dessa capacidade em meio à sociedade”. Assim, com o uso de metodologias ativas no ensino de língua portuguesa há a possibilidade de que haja um ensino-aprendizagem reflexivo em torno da língua, que proporcione o desenvolvimento de capacidades comunicativas dos alunos a fim de que estes possam realizar usos conscientes de sua língua.

2.2 A AUDIODESCRIÇÃO COMO PROPOSTA INCLUSIVA

A inclusão educacional no Brasil percorreu um longo caminho ao longo da história, com avanços significativos, mas também desafios persistentes.

No início do século XX, surgiram as primeiras iniciativas de educação inclusiva no Brasil, especialmente voltadas para a educação de pessoas com deficiência. No entanto, essas práticas eram geralmente segregadoras, mantendo os alunos com deficiência afastados das escolas regulares.

Nas décadas de 1950 e 1960, começaram a surgir movimentos de integração escolar, que propunham a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Essas iniciativas foram influenciadas por movimentos internacionais e pela legislação educacional progressista.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 representou um marco na legislação educacional brasileira ao estabelecer o princípio da igualdade de oportunidades na educação e a obrigação do Estado de garantir a educação para todos, sem discriminação. A Constituição Federal de 1988 reforçou o direito à educação para todos e estabeleceu a Educação Especial como parte integrante do sistema regular de ensino, garantindo recursos e apoios necessários para a inclusão de alunos com deficiência.

Em 1994, o Brasil aderiu à Declaração de Salamanca, comprometendo-se com a educação inclusiva. Isso influenciou o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu metas para a inclusão de pessoas com deficiência na educação.

A LDBEN de 1996 reforçou o direito à educação inclusiva e estabeleceu a necessidade de adaptações curriculares, formação de professores e oferta de recursos para garantir a inclusão de todos os alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é a legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil. Em seu texto, a LDBEN aborda a inclusão de forma abrangente, garantindo o direito à educação para todos os brasileiros, independentemente de suas condições pessoais, sociais, econômicas ou culturais.

O artigo 58 da LDBEN trata especificamente da Educação Especial, que é parte integrante do sistema educacional brasileiro e tem como objetivo garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Abaixo está o texto do artigo 58 da LDBEN:

"Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Este artigo estabelece princípios importantes, como a oferta preferencial da educação especial na rede regular de ensino, a garantia de serviços de apoio especializado quando necessário, a adaptação dos currículos, métodos e recursos educativos para atender às necessidades dos alunos com deficiência, entre outros. Ele reforça ainda o direito à educação como um direito público subjetivo, assegurando a qualquer cidadão o acesso ao ensino regular e possibilitando a impetração de mandado de segurança em caso de negativa desse direito.

A audiodescrição na escola é uma proposta inclusiva que visa tornar o ambiente educacional mais acessível para alunos com deficiência visual. Consiste na descrição objetiva de elementos visuais presentes em materiais audiovisuais, como filmes, vídeos educativos, apresentações em slides, entre outros.

Franco e Silva (2010), Farias (2013), Silva (2009) e Rodrigues (2010), entre outros, abordam desenvolvimento da audiodescrição, cuja origem se deu na década de 1970, nos Estados Unidos, posteriormente, a partir da década de 1980, expandindo-se para a Europa, com pesquisas que abordavam especificamente a audiodescrição para o cinema e para o teatro. Desta maneira, apenas no final do século passado, a audiodescrição começou a ganhar um caráter mais profissional e técnico, sendo defendida a posição de que a audiodescrição deveria ser realizada por tradutores profissionais, com revisão de pessoas com deficiência visual. (Franco 2010, p.10)

Ao implementar a audiodescrição, a escola proporciona uma experiência mais completa de aprendizado para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. Além disso, promove a inclusão ao permitir que os alunos com deficiência visual tenham acesso aos mesmos conteúdos e recursos que seus colegas sem deficiência.

Essa prática não apenas beneficia os alunos com deficiência visual, mas também promove a conscientização e o respeito à diversidade dentro da comunidade escolar. É uma forma de garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente das atividades educacionais, contribuindo para um ambiente mais inclusivo e igualitário.

Neste contexto propomos o desenvolvimento de três propostas didáticas no intuito de incentivar e promover as discussões acerca da audiodescrição na escola, desde a educação infantil até o ensino fundamental II, possibilitando com que desde os primeiros anos de vida escolar da criança ela possa ser um sujeito que promove a inclusão, partindo deste pressuposto, na sequência didática proposta para a educação infantil, acerca do gênero textual receita, estimulando a criança a nomear, os espaços escolares para os alunos cegos,

ensinando-os a descrever os materiais como elas sentem e identificam determinado objeto.

Além de se trabalhar na educação infantil existem inúmeras possibilidades de se trabalhar no ensino fundamental I e II, o trabalho com a audiodescrição, visando uma melhor compreensão acerca da inclusão escolar, os alunos ao desenvolverem esta atividade compreende as diferenças no mundo e a necessidade de se constituir-se nele, como um sujeito que respeita as diferenças.

A consideração do gênero receita culinária na sala de aula enquanto objeto de estudo na aula de língua portuguesa concerne em uma forma produtiva, que pode se tornar um campo de dinamização do ensino-aprendizagem. Tomando por base o normativo BNCC, as habilidades do ensino fundamental II voltadas à produção textual, apresentação oral e interdisciplinaridade com a habilidade matemática de lidar com “problemas que envolvam as grandezas comprimento, massa, tempo, temperatura, área, capacidade e volume, sem uso de fórmulas” podem ser trabalhadas a partir do estudo através desse gênero textual de modo em que o aluno participe da aula de modo ativo e participativo. O gênero textual receita, segundo Schneuwly & Dolz (2010, p. 22), o gênero textual receita se encontra no quadro dos gêneros textuais entre os quais há a apresentação de instruções e prescrições como aspectos de domínios sociais de comunicação, além da mobilização da capacidade de linguagem dominante de descrever ações.

Ambas propostas versam pelo desenvolvimento de uma receita na cozinha da escola, o espaço que por muitas vezes não é adentrado pelo aluno cego, seja por falta de pisos táteis, que dificulta a sua locomoção ou reconhecimento do ambiente.

A audiodescrição, proposta para essa atividade compreende o outro de forma que como o outro sente eu sinto, ou posso sentir, experimentar os cinco sentidos na educação infantil é uma rica experiência que contribui para o desenvolvimento e ampliação do repertório da criança. A audiodescrição pode ser realizada de forma simples, através de uma gravação, descrevendo como são os ingredientes utilizados para fazer um bolo, de como a criança apresenta o preparo dele, uma criança que dialoga com a outra, especificando do seu modo e do seu jeito, permite que atribua significado ao aprendiz.

citação.

Abordar a audiodescrição no Ensino Fundamental I, contribui para o desenvolvimento da inclusão, uma vez que permite aos alunos serem auxiliares no processo de aprendizagem dos educandos cegos. Esta metodologia ativa desenvolve muitas habilidades, dentre elas o significado da diferença, que somos todos diferentes e como um sujeito social, psíquico e biológico, compreendemos as necessidades de estarmos uns com os outros, buscando uma

sociedade mais inclusiva. Na relação com o aluno cego é natural que a criança tente o auxiliá-lo em suas necessidades específicas, por isso a importância do direcionamento e uma proposta didática inclusiva que vise de fato promover a inclusão no ambiente escolar, como a audiodescrição.

Essa é uma metodologia ativa que compreende todas áreas e etapas do conhecimento,. No Ensino Fundamental II, pode incentivar, além de colaborar com o desenvolvimento de habilidades voltadas ao exercício da solidariedade, considerando um espaço de sala de aula no qual haja alunos videntes e alunos com cegueira ou baixa visão, no sentido amplo corrobora em habilidades voltadas à oralidade, modalidade de uso da língua. De acordo com Farias (2011, p. 77), “expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo [...] Isso se adquire em ambientes favoráveis à manifestação do que se pensa, do que se sente, do que se é”. Nesse contexto, a audiodescrição mostra-se como uma ferramenta que, utilizada no espaço escolar, pode concernir como um mecanismo de metodologia ativa, através da qual o alunado, em sua diversidade, pode exercitar suas habilidades no que tange o uso linguístico, sobretudo, numa perspectiva inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstraram que a utilização da audiodescrição durante a exploração do gênero textual receita promoveu maior compreensão e engajamento por parte dos alunos com deficiência visual. Eles puderam entender melhor os elementos visuais presentes nas receitas, como ingredientes, utensílios e etapas de preparo, facilitando sua participação nas atividades em sala de aula. Além disso, os alunos sem deficiência visual também se beneficiaram da audiodescrição, desenvolvendo uma maior sensibilidade em relação à linguagem descritiva e à importância da comunicação acessível. A introdução da audiodescrição no ensino de língua portuguesa, especificamente no contexto do gênero textual receita, mostrou-se uma estratégia eficaz para promover a inclusão e o aprendizado significativo de todos os alunos.

A audiodescrição não apenas permitiu que os alunos com deficiência visual acessassem as informações visuais das receitas, mas também enriqueceu a compreensão dos alunos sem deficiência visual, destacando a importância da comunicação inclusiva e acessível.

Além disso, a implementação da audiodescrição no contexto escolar pode contribuir para a formação de uma cultura mais inclusiva e empática, sensibilizando os alunos para as necessidades e experiências de pessoas com deficiência. Os resultados deste estudo destacam a

importância da audiodescrição como uma ferramenta educacional poderosa para promover a inclusão e o aprendizado significativo de todos os alunos, independentemente de suas habilidades visuais. A implementação da audiodescrição no ensino de língua portuguesa, especialmente no estudo do gênero textual receita, pode contribuir significativamente para a criação de ambientes educacionais mais acessíveis, igualitários e enriquecedores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias ativas são abordagens de ensino que valorizam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, promovendo a construção do conhecimento de forma colaborativa e significativa.

Contudo consideramos que, ao aplicar metodologias ativas para alunos cegos, é fundamental considerar a acessibilidade como aspecto central do processo de ensino-aprendizagem. A audiodescrição é uma ferramenta poderosa que permite que os alunos cegos tenham acesso igualitário ao conteúdo visual, possibilitando sua participação ativa e significativa nas atividades propostas. Dessa forma, a inclusão de alunos cegos nas metodologias ativas contribui para uma educação mais equitativa e enriquecedora para todos os estudantes.

Apesar dos avanços, a inclusão educacional no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a formação insuficiente de professores, a falta de recursos e materiais adaptados, a discriminação e o preconceito. No entanto, o país continua avançando na direção da construção de um sistema educacional mais inclusivo e igualitário, buscando garantir o direito à educação para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** - Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília – DF. 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO. 1990b. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por.pdf. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** – Brasília – DF. 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

_____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

_____. Secretaria de educação especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Livro 1. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf> > Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

FARIA, E. M. B. de. **Aquisição e desenvolvimento da língua oral: um olhar sobre a transição entre gêneros.** In: CAVALCANTE, M. C. B.; FARIA, E. M. B. de; LEITÃO, M. M. (orgs.). **Aquisição da linguagem e processamento linguístico: perspectivas teóricas e aplicadas.** João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2011

FRANCO, E. P. C. **A importância da pesquisa acadêmica para o estabelecimento de normas audiodescrições no Brasil.** In: RBTV – Revista Brasileira de Tradução Visual, vol. 3, 2010. [online] Disponível em: <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/38/39> > Acesso: 10 de maio. de 2024.

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. da. **Audiodescrição: Breve Passeio Histórico.** In: MOTTA, L. M. V. M.; FILHO, P. R. (orgs) Audiodescrição. Transformando Imagem em Palavras, São Paulo: Secretariade Estadodos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, p. 23-42. Disponível em: http://www.audiodescricao.com/site/files/2014/12/LivroAD_cap.1_ElianaFranco.pdf > Acesso: 10 de maio. de 2014.

FRANCO, E. P. C. **Audiodescrição e audiodescritores: quem é quem?** Publicação no blog Bengala Legal em 19/04/2007, em resposta à matéria da revista Sentidos. Disponível em: <https://sites.google.com/site/audiodescricao/> > Acesso: 10 de maio. de 2024.

FRANCO, E. P. C. **Legenda e áudio-descrição na televisão garantem acessibilidade a deficientes.** Revista Ciência e Cultura, vol. 58, no. 1, São Paulo: SBPC, jan/mar 2006, p. 12-13. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a08v58n1.pdf> > Acesso: 10 maio de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática de liberdade.** 34ª edição. Ed. Paz e Terra. 2011.

MANTOAN, M. E. **A hora e a vez da educação inclusiva. Educação e família - Deficiências: a diversidade faz parte da vida.** São Paulo, 2003.

MORAN, J. **Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje.** In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Orgs.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015. p. 27-46.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **Audiodescrição na escola: Abrindo caminhos para leitura de mundo / Livia Maria Villela de Mello Motta.** Campinas, SP : Pontes Editores, 2016.

SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SOUSA, M. J. C. **ANÁLISE LINGUÍSTICA E ENSINO: AS TIRINHAS COMO OBJETO DE ESTUDO DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português). Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VASCONCELOS, T. C. **METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DA MONITORIA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL.** In: FERREIRA, G. R. **Educação: Políticas, Estrutura e Organização 8.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p. 272 - 283.

VILAR, R. F.; SANTOS, L. dos; SANTOS, V. M. dos. A inclusão escolar do aluno com deficiência no ensino regular. IN: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, 10., 2021, Sergipe. Anais. Sergipe, 2021.